

**Discurso do Presidente do Conselho de  
Acompanhamento dos Julgados de Paz no acto  
de posse de 16 Juízes de Paz em 10.09.2008**

**Senhor Ministro da Justiça – Excelência**

**Senhor Secretário de Estado da Justiça – Excelência**

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto**

**Exmo. Senhor Presidente do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados**

**Exmo. Senhor Presidente Regional do Norte da Câmara dos Solicitadores**

**Exmo. Senhor Director do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios**

**Exma. Senhora Vereadora do Pelouro de Habitação e Acção Social da Câmara Municipal do Porto**

**Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde**

**Exmo. Senhor Professor Doutor André Leite, da Universidade do Porto**

**Exma. Senhora Juíza de Paz Coordenadora do JP do Porto**

**Exmos. Senhores Juízes de Paz**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores**

**1. Em nome do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, a que tenho a honra de presidir, competiu-me conferir posses a Juízes de Paz. Consequentemente, devo dizer algumas palavras, que gostaria que não fossem de simples circunstância.**

**Antes de mais, os meus naturais cumprimentos para todos os presentes, que se dignaram aceitar convite do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, em especial para Suas Excelências o Senhor Ministro da Justiça e o Senhor Secretário de Estado da Justiça e para o Exmo. Presidente da Assembleia Municipal do Porto e Exma. Vereadora.**

**Não é todos os dias que uma cerimónia de posses reúne tão ilustres Entidades.**

**Como sabeis, estamos numa instituição cuja origem radica num acordo entre o Estado e a Autarquia municipal. Ou seja, até nisto se respeita a História dos Julgados de Paz e se vivencia uma clara perspectiva de democraticidade.**

Os Julgados de Paz não são impostos às comunidades. Decorrem de uma localizada avaliação de interesses e de necessidades por aqueles que mais próximos dos cidadãos se encontram: os representantes das suas Autarquias. E, naturalmente, de uma consonante avaliação das circunstâncias globais pelo Estado, porque é ao Estado que compete viabilizar a prestação da Justiça.

Muito obrigado pela vossa presença e, aliás, pela de todos quantos se encontram connosco.

**2.** Posses de Juízes de um qualquer Tribunal devem ser assinaladas, ainda que sem pompa, com alguma circunstância. Ou seja, com simplicidade – mormente num Julgado de Paz – mas sem deixar de se reflectir a importância social do acto e, mais, dando um sinal de que o Juiz, ao ser empossado em acto público, está a assumir, perante os seus concidadãos representativos da comunidade que vai servir, a responsabilidade disso mesmo, de que vai prestar um serviço à comunidade.

E, daqui, parto para um aspecto fundamental de tudo isto, que gostaria de frisar. Trata-se de uma vertente desta temática que, *brevitatis causa*, não é possível aprofundar aqui e agora, mas a que não posso deixar de aludir para que fique claro

onde estamos, pese embora toda a assumida simplicidade do acto e do espaço.

A questão continua a ser: *o que é um Julgado de Paz?*

A resposta decorre da Constituição da República Portuguesa, como aliás a generalidade dos problemas sócio - jurídicos.

Deixando, agora, de lado toda a temática histórica que adoro – *os Julgados de Paz, com este ou outro nome, nasceram na região onde estamos aqui e agora, com Portugal* – e, depois de um ocaso, na 2.º metade do séc. XX, renasceram na aurora do século XXI.

Mas o que são?

Em 1989 foi publicada a Lei Constitucional n.º 1/89, de 08.07, revendo e alterando a CRP, designadamente no que ficou sendo o n.º 4 do art.º 205, sob a epígrafe “Função Jurisdicional” – o que é, extremamente, significativo mas não vem, agora, ao caso – prescrevendo que “ a lei poderá institucionalizar *instrumentos e formas de composição não jurisdicional* de conflitos”. É aqui que, de algum modo, enraízam os sistemas ditos “alternativos”, embora a CRP, a meu ver, e bem, não tenha utilizado essa expressão.

Procurando estudar as origens das alterações constitucionais, procuram-se os textos da Assembleia da República sobre essa alteração, quer actas da Comissão Eventual, quer de reuniões Plenárias da AR e nada, a esse respeito, se discute sobre Julgados de Paz. Fala-se de Tribunais Arbitrais, aliás para os distinguir daqueles eventuais sistemas, mas nada sobre Julgados de Paz.

Diria que é seguro que *não* é no âmbito desses sistemas ditos não jurisdicionais que se encontram os Julgados de Paz. Isto, logo ao nível constitucional.

E tanto assim é que a A.R., em subsequente revisão constitucional, aquela que foi objecto da Lei Constitucional n.º 1/97, de 20.09, querendo que pudéssemos voltar a dispor de Julgados de Paz, não desenvolveu o que constava do n.º 4 do art.º 205 da CRP mas, sim, ponderou o que veio a ser o novo n.º 2 do art.º 209, inserindo, no elenco dos TRIBUNAIS do País, portanto, dos Órgãos de Soberania Jurisdicionais, os Julgados de Paz.

Aliás, as actas quer da Comissão Eventual quer de Reuniões Plenárias sobre a revisão de 1997, são claras quanto à intencionalidade de recriação, por unanimidade, de um tipo de Tribunais com “tradição histórica” (cito).

Tudo isto para concluir:

- Julgados de Paz não são – *qua tale* – meios não jurisdicionais.

Julgados de Paz são Tribunais, ainda que *incomuns*, inserindo e recebendo dos Tribunais comuns e dos sistemas ditos alternativos, numa simbiose correcta, o melhor que uns e outros têm.

E, porque os Julgados de Paz são Tribunais, mas não são judiciais, nem administrativos e fiscais, a sua organicidade e gestão é própria e decorre do n.º 3 do art.º 217 da CRP e, daí, da Lei 78/2001, de 13.07.

Esta diversidade de ordens jurisdicionais em Portugal - vale de dizer de tipos de Tribunais – judiciais/administrativos – fiscais / incomuns – nada tem de extraordinário. Perante a notória diversificação de problemas de natureza jurídica, mal dos Estados, a meu ver, se não diversificassem as instituições jurisdicionais vocacionadas para dar respostas a tais problemas. O que tem de acrescer é que os vários ordenamentos jurisdicionais *não sejam concorrentes mas, sim, complementares*, na linha de princípios normativos e de eficiência que se reflectem, por exemplo, no art.º 66 do CPC.

E os Juízes de Paz?

Os Juízes de Paz não pertencem – como aliás também resulta das discussões aquando da reforma constitucional de 1997 – à carreira judicial de Juízes (embora, dela, possam provir) mas, exactamente numa linha que diria *tradicional actualizada*, são especialmente vocacionados e sensibilizados para este tipo de órgãos jurisdicionais. Em linguagem mais clara, diria que não são, enquanto Juízes de Paz, designadamente, magistrados judiciais mas, enquanto exercerem as funções de Juízes titulares destes Órgãos de Soberania *incomuns* que são os Julgados de Paz, são magistrados.

3. Esta qualificação dos Julgados de Paz como Tribunais *incomuns* reflecte-se não só na sua orgânica e gestão mas, em termos mais importantes para os utentes, na forma de actuarem.

A sua competência abrange questões até ao valor de 5.000 euros desde cumprimento de obrigações, entrega de coisas móveis, questões de condomínios – essas “colmeias humanas” como lhes chamou o tratadista português Cunha Gonçalves –, conflitos de proprietários de prédios confinantes, questões de posse, arrendamento urbano,



contratos, direito de consumidores, acidentes de viação, etc.

Quanto à forma de actuação, os Julgados de Paz têm 3 momentos fundamentais, com significativas diferenças relativamente aos Tribunais comuns: por um lado, quer, designadamente, a petição, quer a contestação podem ser apresentadas por escrito ou *verbalmente* no Serviço de Atendimento; segue-se um momento normal de mediação (a não ser que alguma das partes a rejeite), que pode conduzir ao termo do conflito; se tal não acontecer, passa-se, imediatamente, para o julgamento no estilo de “mesa redonda” que, aliás, deve começar por tentativa de conciliação o que permite, harmonizando o sentido e a razão de ser, de mediação e de conciliação, recuperar a ideia de *concertação* de demandas conforme já preconizava um regimento 1519. Nada se cria, nada se perde (às vezes...), tudo pode transformar-se.

Mas tudo isto, que pode ser feito bem e rapidamente, só tem sentido se não perder de vista que *tudo isto só vale a pena se for feito para criar paz e conseguir criar paz entre as pessoas* que tenham vindo ao Julgado de Paz porque, à partida, não tinham paz.

Não interessa tanto saber se a janela do vizinho está a 1,50m ou a 1,49 ou a 1,51. O que importa é porquê isso aconteceu e pacificar o relacionamento entre aqueles dois vizinhos.

Em síntese, diria que o carácter incomum dos Tribunais ditos Julgados de Paz se reflecte, designadamente:

- a) Na sua criação (acto do Estado e das Autarquias);
- b) Na tramitação (3 *ítems* simples);
- c) No funcionamento (horários próprios durante todo o ano);
- d) Nos Juízes de Paz (formação, sensibilização, regime, quadro próprio);
- e) Na relevância de certos valores (concertação, participação cívica dos interessados, na *justa* composição de diferendos<sup>1</sup>).

#### 4. Porquê, este acto no Porto?

16 Juízes de Paz, uns transferidos, outros em primeira nomeação.

Nenhum para a capital do País, onde é a sede do Conselho nomeante e empossante.

---

<sup>1</sup> - Ao contrário do que propalou Voltaire, apesar dos muitos desejáveis acordos, *uma boa demanda é melhor que um mau acordo*: Prof. Pessoa Vaz, Poderes e Deveres do Juiz na Conciliação Judicial, 209.

**Julgado de Paz é, por natureza, algo que implica proximidade. É natural que seja o Conselho a dar o exemplo, sempre que adequado, deslocando-se.**

**Onde?**

**À 2.<sup>a</sup> maior cidade do País; ao norte, onde há maior densidade de Julgados de Paz; e, estando, como já disse, na região onde nasceu Portugal, estamos na região onde “nasceram” os Julgados de Paz coevos da nacionalidade portuguesa, ainda que, naturalmente, conforme as circunstâncias daqueles tempos e daqueles espaços.**

**Assumo, porém, que mais há.**

**É verdade que o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz quis dar um sinal de apoio e de confiança ao Julgado de Paz do Porto.**

**Efectivamente e pesem embora exageros que já vi em pretensas notícias, por causa de uma certa desproporção que, em certo período, se verificou entre a grande procura e os meios de resposta então possíveis, pesem embora os esforços desenvolvidos, o Julgado de Paz do Porto atravessou dificuldades, mormente em tempos de resposta, quando é certo que, em termos gerais da instituição, *a celeridade continua a ser uma bandeira sine qua non.***

Hoje, com a recuperação que já começou (designadamente em Julho deste ano findaram mais processos do que entraram), com o aumento de capacidade de resposta a que agora se pode proceder, é nossa convicção que os níveis de resposta do JP do Porto serão completamente repostos a breve prazo, como aliás não pode deixar de ser.

O Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz espera, assim, que se continue a ter em atenção que não é não é para os Juízes de Paz, não é para os mediadores, não é para os funcionários, – com todo o respeito por todos e como todos sabem! - que qualquer JP existe. É para os cidadãos que utilizem os respectivos serviços.

5. Na recta final das minhas palavras, – e tanto fica por dizer – quero felicitar os Juízes de Paz empossados, designadamente os que vão *iniciar as funções. Felicitar sinceramente* e não por mera formalidade. Mas felicitar a meu modo, de Juiz que sou. Desde logo porque devem reflectir na relevância do acto a que, hoje, procedemos, no âmbito do Estado e da importância dos JP como factor positivo na realização do direito fundamental dos cidadãos portugueses à Justiça.

Proponho-vos que tenham sempre presente, na total dedicação ao bom serviço que, de vós, se espera, sentido de Estado, reflectido no respeito pelos direitos cívicos do Povo em cujo nome ides julgar.

E é porque considero a função de qualquer Tribunal, ainda que pesada, extremamente gratificante, que vos felicito, Srs. Juízes de Paz.

Felicito-vos, aliás, não tanto porque frequentaram o vosso curso com êxito. Não tanto porque foram os primeiros nomeados do vosso curso. Não tanto porque, a partir de hoje, são Juízes. Mas, sim e principalmente, porque vão ter o dever – *felicitar porque vão ter o dever* – de fazer Paz, de dar Paz aos vossos concidadãos. Sentirão, concerteza, dúvidas, dores de cabeça, preocupações, mau seria se assim não fosse; mas terão uma grande realização pessoal por terem a possibilidade de cumprirem esse dever – porque isso significa que se *presumem em vós os requisitos necessários para serem fazedores de Paz*, num tempo em que isso é tão difícil quanto necessário. Embora devam acabar os processos rapidamente, não pensem já acabei mais um. *Pensem já dei Paz a mais duas pessoas!* Deve ser

**dada Paz a quem reconheçam que tem razão e a quem  
reconheçam que a não tem. *Identicamente!***

**Se dermos Paz, teremos Paz.**

**Paz é o caminho que pode levar à felicidade.**

**Que bom ir por aí!**

**Muito obrigado.**

**Porto, 10.09.2008**

**J. O. Cardona Ferreira**